

RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.718 - RS (2014/0270316-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : VALMIRO FERNANDES MOREL
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) - DF005939
GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S) - RS023021
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
AGRAVADO : VALMIRO FERNANDES MOREL
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS - DF005939
GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S) - RS023021

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Valmiro Fernandes Morel** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 436):

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. REAJUSTE DE 3,17%. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- 1. O início do prazo prescricional para a propositura da execução é a data do trânsito em julgado da sentença, quando se forma a coisa julgada e constitui-se definitivamente o título executivo judicial.*
- 2. Tratando-se de execução de diferenças salariais decorrentes da incidência do reajuste de 28,86%, mostra-se indevida a discussão acerca da base de cálculo do reajuste de 3,17%, não contemplado no título executivo.*
- 3. Em sede de embargos à execução, não resultando em valor ínfimo ou exorbitante, os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% do valor da causa. Precedentes.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 458, II, 535, II, do CPC/73; 1º e 2º, §1º, da MP nº 1.704/98; 8º, da MP nº 2.225/2001; 8º da MP nº 1.962-26/2000.

Sustenta, além de negativa de prestação jurisdicional e dissídio jurisprudencial, a possibilidade de incidência do reajuste de 28,86% sobre as rubricas relativas aos 3,17% e anuênios.

Defende que "*a própria Administração previu expressamente que "O percentual de 3,17% será aplicado após o cálculo da integralização dos 28,86%" (Nota Técnica nº 07/2003, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MPOG).*" (fl. 484).

Afirma, por fim, que, "*reconhecido pela própria Administração o direito ao cômputo do tempo de serviço celetista para fins de pagamento dos "anuênios", também descabe exigir que o servidor faça prova desse direito para ter a diferença de reajuste de 28,86% aplicada sobre os valores respectivos, e ainda de ver a diferença de reajuste de 3,17% aplicada sobre os valores atualizados em 28,86%.*" (fl. 497).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, extrai-se do aresto recorrido a seguinte fundamentação (fls. 428/434):

Pela simples leitura da apelação, verifica-se que o embargado, na verdade, defende a incorporação do reajuste de 28,86% na

base de cálculo do reajuste de 3,17%, com o reflexo nos anuênios.

Por elucidativo, transcrevo o recurso quanto ao tópico:

(...)

A jurisprudência deste Tribunal, de fato, é firme no sentido de que as diferenças salariais decorrentes do reajuste de 28,86% devem ser incluídas na base de cálculo do reajuste de 3,17%, com o devido reflexo naquelas parcelas calculadas sobre o vencimento básico, tais como os anuênios.

No caso dos autos, no entanto, a execução refere-se tão-somente às diferenças do reajuste de 28,86%, sendo, portanto, indevida a discussão acerca da base de cálculo do reajuste de 3,17%, não contemplado no título executivo.

Assim, correta a sentença proferida pela magistrada a quo, cujos fundamentos acrescento aos aqui expendidos, adotando-os como razões de decidir:

Assiste razão ao INSS quanto à incorreção da planilha exequenda, posto que a incidência do reajuste de 3,17%, inclusive sobre anuênios, deve ser objeto de ação própria, não podendo, portanto, integrar o débito ora em comento, que se refere exclusivamente ao reajuste de 28,86% deferido aos servidores em ação coletiva - título executivo que não contempla a condenação do INSS ao pagamento de outras diferenças. A pretensão deve ser manejada em ação específica também porque é controvertida a afirmação da parte embargada quanto à implantação administrativa, integral e irrestrita, do índice de 3,17% em favor do servidor.

São centenas de demandas judiciais em que se discute o tema, e não há prova nos autos de que o servidor não tenha sido beneficiado em outra demanda. A conta exequenda deve refletir os valores registrados na fichas financeiras da parte exequente.

Merece ser acolhido, portanto, o cálculo da Autarquia.

Resta, portanto, mantida a sentença.

Com efeito, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que, "No caso dos autos, no entanto, a execução refere-se tão-somente às diferenças do reajuste de 28,86%, sendo, portanto, indevida a discussão acerca da base de cálculo do reajuste de 3,17%, não contemplado no título executivo." (fl. 433), esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro

Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Ainda que assim não fosse, a inversão da conclusão adotada pela Corte de origem quanto ao alcance do título judicial, tal como postulado nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

A propósito, confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DIFERENÇA DE 3,17%. BASE DE CÁLCULO. ANUÊNIOS. 28,86%. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA FIXADA NA EXECUÇÃO COM AQUELA ESTABELECIDA NOS EMBARGOS DO DEVEDOR. ENTENDIMENTO FIRMADO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (RESP 1.520.710/SC, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 27.2.2019). AGRAVO INTERNO DOS SERVIDORES PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Verifica-se que o Tribunal de origem, para solucionar a controvérsia, decidiu que a incidência do reajuste de 3,17% sobre as diferenças de anuênios reconhecidas judicialmente deve ser postulada naquele processo, não devendo ser incluídas na base de cálculo. Assim, a alteração das conclusões a que chegou a Corte de origem, na forma pretendida, demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório dos autos. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.

2. A Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp. 1.520.710/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 27.2.2019, firmou os seguintes entendimentos: (a) os honorários advocatícios podem ser fixados de forma autônoma e independente na Execução e nos respectivos Embargos, desde que a cumulação da verba honorária não exceda o limite máximo de 20% previsto no § 3º. do art. 20 do CPC/1973; (b) impossibilidade de se compensarem os honorários fixados em Embargos à Execução com aqueles fixados na própria Ação de Execução e (c) possibilidade de cumulação da verba honorária fixada nos Embargos à Execução com a arbitrada na própria Execução contra a Fazenda Pública, vedada a compensação entre ambas.

3. Ante o exposto, dá-se parcial provimento ao Agravo Interno dos Servidores apenas para reconhecer a impossibilidade de

compensação da verba honorária fixada na Execução e nos respectivos Embargos à Execução.

(AgInt no REsp 1547416/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/12/2019, DJe 12/12/2019)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. EXECUÇÃO. BASE DE CÁLCULO. ANUÊNIOS. DUPLA INCIDÊNCIA. COISA JULGADA. ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O aresto recorrido não destoa do entendimento desta Corte no sentido de que "a incidência do reajuste de 28,86% sobre os anuênios só pode ocorrer nos casos em que a verba incide sobre base de cálculo não reajustada pelo mesmo índice, sob pena de bis in idem" (EDcl no REsp 1.314.508/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, DJe 18/09/2014).

2. No caso concreto, a alteração das conclusões adotadas pelas instâncias ordinárias acerca da dupla incidência do reajuste pleiteado e do alcance do título executivo, bem como dos cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, demandaria, necessariamente, novo exame do o acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. O mesmo óbice se aplica quanto à atualização dos valores devidos, porquanto inviável, em sede de recurso especial, modificar as premissas fáticas fixadas pelas instâncias ordinárias para determinar "que a execução prosseguisse pelos valores apresentados pela embargante, os quais incluíram, corretamente, os índices de correção monetária e juros de mora".

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1342636/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017)

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator